

Cristalândia II Eólica S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Cristalândia II Eólica S.A.

Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cristalândia II Eólica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cristalândia II Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

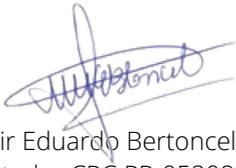
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de Março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Almir Eduardo Bertencelo
Contador CRC PR-052082/O

Cristalândia II Eólica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	69.892	229.658	Fornecedores		3.228	2.280
Contas a receber de clientes	8	7.427	8.032	Provisões	13	-	2.217
Despesas antecipadas		214	187	Obrigações sociais e trabalhistas		177	222
Adiantamentos a fornecedores		1.063	1.063	Obrigações fiscais		902	835
Tributos e contribuições a compensar		1.415	5	Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.359	2.613
Outros ativos		475	475	Contas a pagar à partes relacionadas	9	161	332
Total do ativo circulante		80.484	239.419	Passivo de arrendamento mercantil	12	136	105
Tributos e contribuições a compensar		1.217	1.217	Dividendos a pagar	9	6.676	8.056
Depósitos judiciais		124	124	Total do passivo circulante		13.639	16.660
Imobilizado	10	341.347	357.246	Provisões	13	2.655	1.693
Intangível	11	3.200	3.231	Passivo de arrendamento mercantil	12	5.727	5.891
Ativo de direito de uso	12	4.905	5.175	Provisão para contingências		-	2
Total do ativo não circulante		350.793	366.994	Tributos diferidos		465	447
				Total do passivo não circulante		8.847	8.033
				Capital social		377.612	547.808
				Reserva legal		11.150	9.745
				Reserva de lucros		20.028	24.168
				Total do patrimônio líquido	14	408.791	581.721
Total do ativo		431.277	606.413	Total do passivo e patrimônio líquido		431.277	606.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cristalândia II Eólica S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita líquida de venda de energia	15	64.099	63.529
Custo da geração de energia	16	<u>(36.202)</u>	<u>(35.934)</u>
Lucro bruto		<u>27.896</u>	<u>27.595</u>
Despesas gerais e administrativas	16	(1.562)	(1.298)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	<u>(28)</u>	<u>(116)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		26.307	26.181
Despesas financeiras	17	(1.448)	(546)
Receitas financeiras	17	<u>8.128</u>	<u>15.614</u>
Receitas financeiras líquidas		6.680	15.068
Resultado antes dos impostos		32.987	41.249
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(4.869)	(7.325)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	<u>(8)</u>	<u>(3)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>28.110</u>	<u>33.920</u>
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0995	0,0843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cristalândia II Eólica S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	28.110	33.920
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>28.110</u></u>	<u><u>33.920</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cristalândia II Eólica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		377.612	8.048	18.675	-	404.336
Integralização de capital	14	170.196	-	-	-	170.196
Lucro líquido do exercício		-	-	-	33.920	33.920
Constituição de reserva legal	14	-	1.696	-	(1.696)	-
Dividendos	14	-	-	(18.675)	(8.056)	(26.731)
Constituição de reserva de lucros	14	-	-	24.168	(24.168)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		547.808	9.745	24.168	-	581.721
Redução de capital	14	(170.196)	-	-	-	(170.196)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	28.110	28.110
Constituição de reserva legal	14	-	1.406	-	(1.406)	-
Dividendos	14	-	-	(24.168)	(6.676)	(30.844)
Constituição de reserva de lucros	14	-	-	20.028	(20.028)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		377.612	11.150	20.028	-	408.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cristalândia II Eólica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		28.110	33.920
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	10	17.871	19.302
Juros de arrendamentos		505	515
Provisão ressarcimento de energia	15	2.410	15
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	4.869	7.325
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	8	3
		<u>53.772</u>	<u>61.081</u>
Variações em:			
Contas a receber de clientes		605	(952)
Tributos e contribuições a compensar		(1.410)	-
Despesas antecipadas		(27)	(1)
Adiantamentos a fornecedores		-	(13)
Outros ativos		-	(14)
Partes relacionadas		(171)	132
Fornecedores		948	(1.348)
Provisões	13	(3.664)	(346)
Obrigações fiscais		(1.335)	(573)
Provisão para contingências		(2)	-
Obrigações sociais e trabalhistas		(45)	71
Tributos diferidos		10	7
		<u>48.682</u>	<u>58.044</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		48.682	58.044
Impostos pagos sobre o lucro		(3.721)	(4.745)
		<u>44.961</u>	<u>53.299</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		44.961	53.299
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	10	(1.678)	(993)
		<u>(1.678)</u>	<u>(993)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.678)	(993)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Arrendamentos		(629)	(629)
(Redução) Integralização de capital	14	(170.196)	170.196
Dividendos pagos	14	(32.224)	(24.900)
		<u>(203.049)</u>	<u>144.667</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		(203.049)	144.667
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(159.766)	196.973
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		229.658	32.685
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		69.892	229.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Cristalândia II Eólica S.A. (“Cristalândia II” ou Companhia”), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 29 de abril de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da Parque Eólico Cristalândia II e III, na cidade de Brumado e Dom Basílio - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Cristalândia II foi vencedora do Leilão de Energia LFA 02/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 20 de outubro de 2015 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 01 de setembro de 2017 com a produção anual estimada de 19,8 MWm. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Cristalândia II	60	LFA 2015	VESTAS V110 2.0 MW	493/494	21/10/2015	21/10/2050	19,8	29,1	29,1

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2025. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10** - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa 13** – Provisão para ressarcimento e desmantelamento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de

Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2024 e 2023, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	2024
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%
Sistema de transmissão e conexão	4%
Classe de imobilizado	2023
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistema de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo de direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo

fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a CPC 06 (R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso

todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

Mantido para recebimento e venda A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

Mantido para negociação A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e,
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

- **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
- **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos

são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

1. Mudança nas políticas contábeis materiais

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 18 (R3) em conjunto com o ICPC 09 - Propõe ajustes de redação e atualização de referências normativas com os padrões internacionais do IASB;

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02) - Definição do conceito de moeda conversível e estabelece procedimentos para o tratamento de moedas não conversíveis;
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	1.033	172
Aplicações financeiras (i)	<u>68.859</u>	<u>229.486</u>
	<u>69.892</u>	<u>229.658</u>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Contas a receber	<u>7.427</u>	<u>8.032</u>
	<u>7.427</u>	<u>8.032</u>

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2024 e com vencimento em janeiro de 2025.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2024	2023
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	161	332
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	6.676	8.056
	6.837	8.388

- (a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta.
- (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente.

As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os anos de 2024 e 2023 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2024		2023	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Equipamentos de informática	36	(11)	25	32
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.353	(233)	1.120	1.147
Sistema de geração	430.826	(109.758)	321.068	335.862
Sistemas de transmissão e conexão	25.589	(6.455)	19.134	20.205
	457.805	(116.458)	341.347	357.246

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2024				Saldo em 2024
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transferências	
Equipamentos de informática	36	-	-	-	36
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.340	14	-	-	1.353
Sistema de geração	429.162	1.664	-	-	430.826
Sistemas de transmissão e conexão	25.589	-	-	-	25.589
	456.127	1.678	-	-	457.805

	Movimentação em 2023				Saldo em 2023
	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transferências	
Equipamentos de informática	-	16	-	20	36
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.163	177	-	-	1.340
Sistema de geração	428.364	798	-	-	429.162
Sistemas de transmissão e conexão	25.589	-	-	-	25.589
Imobilizado em andamento	18	2	-	(20)	-
	455.134	993	-	-	456.127

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2024				Saldo em 2024
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transferências	
Equipamentos de informática	(4)	(7)	-	-	(11)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(193)	(40)	-	-	(233)
Sistema de geração	(93.300)	(16.459)	-	-	(109.758)
Sistemas de transmissão e conexão	(5.384)	(1.071)	-	-	(6.455)
	(98.881)	(17.577)	-	-	(116.458)

	Movimentação em 2023				Saldo em 2023
	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transferências	
Equipamentos de informática	-	(4)	-	-	(4)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(155)	(38)	-	-	(193)
Sistema de geração	(75.498)	(17.801)	-	-	(93.300)
Sistemas de transmissão e conexão	(4.311)	(1.073)	-	-	(5.384)
	(79.965)	(18.916)	-	-	(98.881)

Passivo de arrendamento

	Saldo em 2023	Liquidações	Juros incorridos	Saldo em 2024
Terras e terrenos	5.996	(637)	505	5.863
	<u>5.996</u>	<u>(637)</u>	<u>505</u>	<u>5.863</u>

13 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (“constrained-off”), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x	
	Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual
4	Acima de 130%	

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo.

Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida (“constrained-off”) em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de “constrained-off” de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício.

A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022		3.077
Constituição		15
Baixa		<u>(346)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.746
Constituição		2.410
Baixa		<u>(3.664)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024		<u>1.492</u>
	2024	2023
<i>Passivo</i>		
Provisão para ressarcimento curto prazo	-	2.217
Provisão para ressarcimento longo prazo	<u>1.492</u>	<u>530</u>
	<u>1.492</u>	<u>2.746</u>

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão.

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os parques eólicos possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2024, a provisão está estimada em R\$ 1.163 (R\$ 1.163, em 31 de dezembro de 2023).

(iii) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 377.612 (R\$ 547.808 em 2023) dividido em 282.559.742 ações ordinárias (402.186.601 em 2023), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	2024	2023
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	377.612	547.808

Em 11 de janeiro de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 170.196, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Em 30 de junho de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 170.196, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Controladora e controlador final

O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. (“Grupo CGN Brasil”) e detém 100% das quotas do capital social.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	28.110	33.920
Constituição de reserva legal – 5%	1.406	1.696

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	28.110	33.920
Apropriação à reserva legal (5%)	(1.406)	(1.696)
	27.704	32.224
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) e juros sobre o capital próprio (i)	(6.676)	(8.056)
Distribuição de dividendos com reserva de lucros (i)	(24.168)	(18.675)
Lucros retidos	20.028	24.168

- (i) Em 10 de abril de 2024 e 25 de abril de 2023 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Lucro básico e diluído

Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

15 Receita líquida de venda de energia

	2024	2023
Receita bruta de venda de energia	69.027	65.951
Ressarcimento de energia ⁽¹⁾	(2.410)	(15)
(-) PIS / COFINS	(2.518)	(2.407)
	64.099	63.529

Vide nota explicativa 13(i).

16 Gastos por natureza

	2024	2023
Custo da geração de energia	(36.202)	(35.934)
Despesas gerais e administrativas	(1.562)	(1.298)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(28)	(116)
	(37.792)	(37.348)
Encargos de transmissão e conexão	(3.290)	(3.210)
Compra de energia	(649)	(1.860)
Liquidação financeira negativa – CCEE	(1.707)	(501)
Despesa com pessoal	(1.558)	(1.525)
Serviços de terceiros	(1.271)	(946)
Depreciação	(17.871)	(19.302)
Arrendamento	(201)	(204)
Manutenção	(9.702)	(9.060)
Aluguel	(11)	-
Materiais	(801)	(36)
Outras despesas administrativas	(596)	(531)
Viagens e estadias	(36)	(10)
Outros	(99)	(162)
	(37.792)	(37.348)

17 Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas bancárias	(4)	(7)
IOF	(608)	-
Juros e multas de mora	(325)	(18)
Custo de estruturação da dívida	(5)	(6)
Outras despesas financeiras	(505)	(515)
Total das despesas financeiras	(1.448)	(546)
Receita de aplicação financeira	8.128	15.614
Total das receitas financeiras	8.128	15.614
Resultado financeiro líquido	6.680	15.068

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2024	2023
Receita com venda de energia (*)	68.622	65.689
Outras receitas	8.128	15.614
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	13.663	20.920
Base de cálculo CSLL 12% (*)	16.408	23.548
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	3.526	5.257
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	1.342	2.068
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.869	7.325
<i>Taxa efetiva</i>	<i>16,19%</i>	<i>16,47%</i>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	8	3

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

(**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas e fornecedores.

	2024		2023	
	Valor contábil Custo amortizado (*)	Valor justo Nível 2	Valor contábil Custo amortizado (*)	Valor justo Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	1.033	-	172	-
Aplicações financeiras	-	68.859	-	229.486
Contas a receber de clientes	7.427	-	8.032	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	3.228	-	2.280	-
Partes relacionadas (nota 9)	6.837	-	8.388	-

- **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro

instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	<u>Valor contábil</u>	
	2024	2023
Aplicações financeiras	68.859	229.486
Contas a receber de clientes	7.427	8.032

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	<u>Valor contábil</u>	
	2024	2023
Fornecedores	3.228	2.280

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2024	2023
Ativo		
Aplicações financeiras	68.859	229.486

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2024

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	68.859	Redução do CDI (*)	6.275	4.183

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.

Em 31 de dezembro de 2023

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	229.486	Redução do CDI (*)	20.051	13.368

(*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.

* * *

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Fengshou Wang
Diretor

Raffael Ubarana Mohamed
Contador CRC RJ – 077398/O